

Dirley da Cunha Júnior

Curso de

Direito Constitucional

16^a | revista
edição | ampliada
atualizada

2022

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

1215460

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe Juspodivm

Capa: Ana Caquetti

C597c Cunha Júnior, Dirley da.

Curso de direito constitucional / Dirley da Cunha Júnior – 16. ed. rev. ampl. e

atual. – São Paulo: Juspodivm, 2022.

1.520 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-3741-0.

1. Direito constitucional. I. Título.

CDD 341.2

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Capítulo I

CONSTITUCIONALISMO	35
1. Origem e conceito	35
2. Desenvolvimento	36
2.1. Constitucionalismo antigo	36
2.2. Constitucionalismo medieval	37
2.3. Constitucionalismo moderno	37
3. Neoconstitucionalismo	41
3.1. Patriotismo Constitucional	44
3.2. Transconstitucionalismo	45
3.3. Estado Constitucional Cooperativo	47
3.4. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano	47
3.5. O Constitucionalismo Negro	49
4. Quadro Sinótico	54

Capítulo II

DIREITO CONSTITUCIONAL	59
1. Origem, conceito e natureza do Direito Constitucional	59
2. Objeto do Direito Constitucional	62
3. Espécies ou Divisão do Direito Constitucional	62
3.1. Direito Constitucional Especial, Positivo ou Particular	62
3.2. Direito Constitucional Comparado	62
3.3. Direito Constitucional Geral	63
4. Relações do Direito Constitucional com outros ramos do Direito	64
5. Relações do Direito Constitucional com disciplinas afins de caráter não jurídico	76
6. Fontes do Direito Constitucional	77
7. Quadro Sinótico	78

Capítulo III

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	81
1. Considerações acerca do vocábulo “Constituição”	81
2. As principais teorias da Constituição	82
2.1. A Constituição como “garantia do <i>status quo</i> econômico e social” (Ernst Forsthoff)	83
2.2. A Constituição como um “instrumento de Governo” (W. Hennis)	84
2.3. A Constituição como “processo público” (Peter Häberle)	84
2.4. A Constituição como “conjunto de normas constitutivas para a identidade de uma ordem político-social e do seu processo de realização” (R. Bäumlín)	84

2.5. A Constituição como “programa de integração e de representação nacional” (H. Krüger)	85
2.6. A Constituição como “ordem jurídica do processo de integração estatal” (Rudolf Smend).....	85
2.7. A Constituição como “ordem jurídica fundamental, material e aberta de uma comunidade” (Konrad Hesse).....	86
2.8. A Constituição como “legitimação do poder soberano segundo a ideia de Direito” (G. Burdeau).....	86
2.9. A Constituição como “fim político fundamental sustentado pelas forças sociais dominantes” (C. Mortati)	87
2.10. A Constituição como “norma fundamental, forma de governo e princípio de produção normativa” (F. Modugno).....	87
2.11. A Constituição como “totalidade, normalidade e normatividade” (H. Heller).....	88
3. Origem e conceito de Constituição.....	88
3.1. Origem.....	88
3.2. Conceito.....	89
4. Concepções sobre a Constituição.....	89
4.1. A concepção sociológica.....	90
4.2. A concepção política.....	92
4.3. A concepção jurídica	95
4.4. A concepção cultural (conexão das concepções anteriores)	101
5. Supremacia da Constituição.....	113
6. A unidade normativa da Constituição.....	118
7. Objeto e conteúdo das Constituições	119
8. Classificação das Constituições	120
8.1. Quanto ao conteúdo: <i>Material e Formal</i>	120
8.2. Quanto à forma: <i>Escrita e Não Escrita</i>	121
8.3. Quanto à origem: <i>Democrática e Outorgada</i>	122
8.4. Quanto à estabilidade ou consistência ou mutabilidade: <i>Imutável, Fixa, Rígida, Flexível e Semirrígida ou Semiflexível</i>	123
8.5. Quanto à extensão: <i>Sintética e Analítica</i>	125
8.6. Quanto à finalidade: <i>Garantia e Dirigente</i>	126
8.7. Quanto ao modo de elaboração: <i>Dogmática e Histórica</i>	126
8.8. Quanto à ideologia: <i>Ortodoxa e Eclética</i>	127
8.9. Quanto ao modo de ser (classificação ontológica): <i>Normativa, Nominal e Semântica</i>	127
8.10. Classificação da Constituição brasileira de 1988	128
9. Estrutura das Constituições.....	128
10. Elementos das Constituições.....	129
11. A Constituição Dirigente.....	130
12. A Constituição brasileira de 1988.....	139
13. Quadro Sinótico.....	140

Capítulo IV

TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL.....	149
1. A constituição como um sistema aberto de normas.....	149
2. A norma constitucional: conceito e natureza.....	150
3. As condições de aplicabilidade da norma constitucional.....	152
4. As espécies de norma constitucional: os princípios e as regras. A “normatividade” dos princípios.....	154
4.1. A distinção entre regras e princípios em Robert Alexy.....	160
5. A eficácia jurídica da norma constitucional.....	165
5.1. O problema da eficácia das normas constitucionais.....	165
5.2. Normas constitucionais mandatórias e normas constitucionais diretórias.....	166
5.3. Normas constitucionais <i>self-executing</i> e <i>not self-executing</i>	167
5.4. A classificação da doutrina italiana.....	169
5.5. A classificação de J. H. Meirelles Teixeira.....	170
5.6. A classificação de José Afonso da Silva.....	171
5.7. A classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres de Britto.....	175
5.8. A classificação de Maria Helena Diniz.....	177
5.9. Reflexões acerca das classificações examinadas e tomada de posição pessoal.....	178
5.10. Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas.....	179
5.11. Distinção entre Retroatividade Máxima, Média e Mínima.....	184
5.12. Derrotabilidade das Normas Jurídicas.....	186
6. Os princípios constitucionais.....	186
6.1. Tipologia de princípios constitucionais.....	189
6.2. Sistema interno de princípios e regras constitucionais: uma hierarquia axiológica dos princípios constitucionais.....	190
6.3. Hierarquia de princípios.....	192
7. Quadro Sinótico.....	194

Capítulo V

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	197
1. Hermenêutica e interpretação jurídica.....	197
2. Interpretação jurídica e interpretação constitucional. A especificidade da interpretação constitucional.....	200
3. As correntes interpretativistas e não interpretativistas no direito norte-americano.....	201
3.1. Interpretação constitucional e criação judicial do Direito.....	202
4. Métodos de interpretação constitucional.....	213
4.1. Método jurídico ou hermenêutico-clássico.....	213
4.2. Método tópico-problemático.....	214
4.3. Método hermenêutico-concretizador.....	215
4.4. Método científico-espiritual.....	216
4.5. Método normativo-estruturante.....	217
4.6. Método da interpretação comparativa.....	217
5. Princípios de interpretação constitucional.....	218

5.1. Princípio da unidade da Constituição.....	218
5.2. Princípio do efeito integrador.....	219
5.3. Princípio da máxima efetividade.....	220
5.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional.....	220
5.5. Princípio da concordância prática ou da harmonização.....	221
5.6. Princípio da força normativa da Constituição.....	222
5.7. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	222
5.8. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis.....	224
5.9. Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	225
6. A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle.....	226
7. Quadro Sinótico.....	227

Capítulo VI

PODER CONSTITUINTE.....	231
1. Considerações preliminares.....	231
2. Conceito.....	232
3. O Poder Constituinte e o pensamento de SIEYÈS.....	233
4. Natureza.....	234
5. Titularidade e exercício do Poder Constituinte.....	236
6. Espécies de Poder Constituinte: Originário e Derivado.....	238
7. Poder Constituinte Originário.....	238
7.1. Conceito.....	238
7.2. Características.....	239
7.3. Formas de manifestação.....	240
7.4. Poder Constituinte Material e Poder Constituinte Formal.....	241
8. Poder Constituinte Derivado.....	242
8.1. Conceito.....	242
8.2. Características.....	242
8.3. Espécies.....	242
8.4. Poder Constituinte Reformador.....	242
8.4.1. Conceito.....	242
8.4.2. Limitações.....	243
8.4.3. Processo Legislativo de Emenda à Constituição: processo de reforma constitucional.....	248
8.4.4. Controle de constitucionalidade da reforma constitucional.....	250
8.5. Poder Constituinte Decorrente.....	250
9. Mutação constitucional.....	251
10. Direito Constitucional intertemporal.....	252
10.1. Princípio da Recepção.....	253
10.2. Repristinação.....	253
10.3. Desconstitucionalização.....	254
11. Quadro Sinótico.....	254

Capítulo VII

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	259
1. Considerações iniciais	260
2. Conceito e pressupostos do Controle de Constitucionalidade.....	260
2.1. Conceito.....	260
2.2. Pressupostos	261
2.2.1. A Constituição escrita e formal.....	262
2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema.....	262
2.2.3. A previsão de um órgão competente.....	263
3. Antecedentes históricos e evolução do controle de constitucionalidade.....	264
3.1. O sistema “americano” da <i>judicial review of legislation</i> ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o <i>leading case</i> William Marbury v. James Madison.....	266
3.2. O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen.....	275
3.3. O sistema francês de controle de constitucionalidade e as alterações advindas da Reforma Constitucional de 23 de julho de 2008.....	282
3.3.1. O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional.....	283
3.3.1.1. Composição do Conselho Constitucional.....	284
3.3.1.2. Competência do Conselho Constitucional.....	285
3.3.2. O Controle Preventivo de Constitucionalidade na França	285
3.3.3. O Controle Repressivo de Constitucionalidade na França e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC).....	286
3.3.4. Considerações finais.....	288
3.4. A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil.....	289
3.4.1. A Constituição de 1824.....	289
3.4.2. A Constituição de 1891.....	290
3.4.3. A Constituição de 1934.....	291
3.4.4. A Constituição de 1937.....	291
3.4.5. A Constituição de 1946.....	292
3.4.6. A Constituição de 1967/69.....	293
3.4.7. A Constituição de 1988.....	293
4. Modelos de controle de constitucionalidade.....	295
4.1. Quanto ao parâmetro do controle.....	295
4.2. Quanto ao objeto do controle.....	298
4.3. Quanto ao momento da realização do controle.....	298
4.4. Quanto à natureza do órgão com competência para o controle.....	300
4.5. Quanto ao número de órgãos com competência para o controle.....	301
4.6. Quanto ao modo de manifestação do controle	303
4.7. Quanto à finalidade do controle.....	304
5. Controle difuso de constitucionalidade	305
5.1. O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional	305

5.2.	A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	306
5.3.	A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	307
5.4.	A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade ...	308
5.5.	O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade	312
5.6.	Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	314
5.7.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal.....	317
6.	Controle concentrado de constitucionalidade	328
6.1.	O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional	328
6.2.	Conceito e tipos de inconstitucionalidade.....	328
6.3.	A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: as Ações Diretas.....	334
7.	Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	338
7.1.	Origem, conceito e finalidade.....	338
7.2.	Legitimidade ad causam.....	338
7.3.	Competência.....	345
7.4.	Parâmetro e objeto	348
7.5.	Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	359
7.5.1.	Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade	360
7.5.2.	Da intervenção do <i>amicus curiae</i> em Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	361
7.5.3.	Procedimento abreviado em Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	363
7.6.	Decisão e efeitos.....	363
7.6.1.	Modulação dos efeitos gerais e temporais.....	369
7.6.2.	Técnicas de decisão e efeitos	371
8.	A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	374
8.1.	Origem e generalidades	374
8.2.	Natureza, finalidade e procedimento.....	375
8.2.1.	Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão.....	377
8.3.	Legitimidade ad causam e competência.....	378
8.4.	Parâmetro e objeto	379
8.4.1.	A omissão inconstitucional: conceito e características.....	379
8.4.2.	Momento em que ocorre a omissão inconstitucional.....	381
8.4.3.	A omissão inconstitucional e suas modalidades.....	382
8.4.3.1.	Omissão inconstitucional total e parcial.....	382
8.4.3.2.	Omissão inconstitucional formal e material.....	387
8.4.3.3.	Omissão inconstitucional absoluta e relativa	387
8.4.4.	As omissões controláveis	387
8.4.5.	A omissão inconstitucional no Direito Comparado	389
8.5.	Decisão e seus efeitos	391
8.6.	Distinções entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção.....	399

9. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação Interventiva)	400
9.1. Origem, conceito e finalidade.....	400
9.2. Legitimidade ad causam.....	403
9.3. Competência.....	403
9.4. Parâmetro e objeto	404
9.5. Procedimento. A Lei nº 12.562/2011.....	405
9.6. Da medida liminar.....	407
9.7. Decisão e efeitos.....	407
10. Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	408
10.1. Origem, conceito e finalidade.....	408
10.2. Legitimidade ad causam.....	410
10.3. Competência.....	410
10.4. Parâmetro e objeto	411
10.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	411
10.6. Decisão e efeitos.....	412
11. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	413
11.1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....	413
11.2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais	418
11.3. Conceito de “descumprimento” na arguição	422
11.4. Modalidades da arguição de descumprimento.....	423
11.5. Arguição direta ou autônoma.....	424
11.5.1. Legitimidade ad causam.....	425
11.5.2. Competência.....	429
11.5.3. Procedimento. A Lei nº 9.882/99.....	430
11.5.4. Medida liminar	432
11.5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis.....	433
11.5.5.1. Atos normativos	434
11.5.5.2. Atos não normativos.....	435
11.5.5.3. Atos municipais.....	436
11.5.5.4. Atos anteriores à Constituição.....	437
11.5.5.5. Atos políticos.....	439
11.5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais.....	440
11.5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo	442
11.5.6. Decisão e seus efeitos	444
11.6. Arguição incidental.....	447
11.6.1. Legitimidade ad causam.....	450
11.6.2. Objeto	452
11.6.3. Controvérsia constitucional relevante	452
11.7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99	454

11.8. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental como instrumento de reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional	460
11.8.1. O Estado de Coisas Inconstitucional	460
11.8.2. O Projeto de Lei nº 736/2015 e as alterações na Lei nº 9.882/99 (Lei da ADPF).....	461
12. Controle de Constitucionalidade nos Estados-Membros	462
12.1. Considerações gerais	462
12.2. O Controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados	462
12.3. O Controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados	466
13. Quadro Sinótico.....	471

Capítulo VIII

HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 487

1. Antecedentes do constitucionalismo brasileiro	487
2. A Constituição de 1824	488
3. A Constituição de 1891	489
3.1. A instalação da Primeira República.....	489
3.2. Traços gerais da Constituição de 1891	490
4. A Constituição de 1934	491
4.1. A Revolução de 1930.....	491
4.2. Traços gerais da Constituição de 1934	492
5. A Constituição de 1937	493
5.1. O Estado Novo.....	493
5.2. Traços gerais da Constituição de 1937	494
6. A Constituição de 1946	494
7. A Constituição de 1967	495
7.1. O Golpe Militar de 1964.....	495
7.2. Traços gerais da Constituição de 1967	496
8. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69).....	497
9. A Constituição de 1988	497
9.1. Antecedentes.....	497
9.2. Traços gerais e estrutura da Constituição de 1988	498
10. Quadro Sinótico.....	499

Capítulo IX

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 505

1. Considerações iniciais	505
2. Princípio Federativo	505
3. Princípio Republicano	508
4. Princípio do Estado Democrático de Direito	510
5. Princípio da Soberania Popular	511
6. Princípio da Separação de Poderes.....	511
6.1. O Poder político e as funções estatais	511

6.2.	Antecedentes históricos da teoria clássica da separação das funções estatais.....	513
6.3.	A separação das funções estatais nas Constituições brasileiras.....	517
6.4.	A separação das funções estatais ante uma nova dogmática constitucional: a necessidade de uma revisão da teoria clássica da separação de Poderes.....	519
7.	Princípios Fundamentos do Estado brasileiro.....	522
8.	Princípios Objetivos Fundamentais do Estado brasileiro.....	524
9.	Princípios regentes das relações internacionais.....	525
10.	Quadro Sinótico.....	527

Capítulo X

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	531
1. Considerações iniciais.....	531
2. Delimitação terminológica e conceitual dos direitos fundamentais. Em busca de um conceito constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais.....	532
3. A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek e as funções dos direitos fundamentais.....	539
3.1. Função de defesa ou de liberdade.....	541
3.2. Função de prestação.....	542
3.3. Função de proteção perante terceiros.....	545
3.4. Função de não discriminação.....	545
4. Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais.....	545
4.1. Considerações iniciais.....	545
4.2. As Declarações de Direitos.....	551
4.2.1. A Magna Carta.....	553
4.2.2. A <i>Petition of Rights</i>	554
4.2.3. O <i>Habeas Corpus Act</i>	555
4.2.4. O <i>Bill of Rights</i>	555
4.2.5. O <i>Act of Settlement</i>	556
4.2.6. A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia.....	557
4.2.7. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.....	559
4.2.8. A Declaração Universal dos Direitos do Homem.....	563
4.3. A evolução dos direitos fundamentais: os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta geração ou dimensão.....	568
4.3.1. Os direitos fundamentais de primeira dimensão: os direitos civis e políticos.....	571
4.3.2. Os direitos fundamentais de segunda dimensão: os direitos sociais, econômicos e culturais.....	572
4.3.3. Os direitos fundamentais de terceira dimensão: os direitos de solidariedade.....	578
4.3.4. Os direitos fundamentais de quarta dimensão: o direito à democracia direta e os direitos relacionados à biotecnologia.....	578
4.3.5. Os direitos fundamentais de quinta dimensão: o direito à paz.....	579
4.4. Considerações finais.....	579
5. Fundamentos dos Direitos Fundamentais.....	580

6. A constitucionalização das declarações de direitos, a função legitimadora dos direitos fundamentais e seu regime jurídico-constitucional reforçado	583
7. Características dos direitos fundamentais	586
8. Restrições dos Direitos Fundamentais.....	594
9. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	598
10. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais (ou “eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas” ou “eficácia privada dos direitos fundamentais” ou “eficácia externa dos direitos fundamentais”)	603
11. Os direitos fundamentais e suas garantias	605
12. Quadro Sinótico.....	605

Capítulo XI

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 609

1. Os direitos fundamentais na constituição federal de 1988.....	609
2. Os titulares dos direitos fundamentais	611
3. A eficácia dos direitos fundamentais e o princípio da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais. significado e alcance do art. 5º, § 1º, da constituição de 1988.....	612
4. A concepção materialmente aberta dos direitos fundamentais na Constituição de 1988. o significado e alcance da cláusula de “abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais” do art. 5º, § 2º e o novo § 3º	622
5. A classificação dos direitos fundamentais na Constituição de 1988.....	635
6. O Estado de Coisas Inconstitucional como garantia de Direitos Fundamentais	641
7. Quadro Sinótico.....	645

Capítulo XII

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS..... 647

1. Considerações iniciais	647
2. Direito à vida	647
3. Direito à igualdade.....	650
4. Direito à liberdade.....	656
4.1. Liberdade de ação e o princípio da legalidade.....	656
4.2. Liberdade de locomoção	657
4.3. Liberdade de opinião ou pensamento.....	657
4.4. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação	659
4.5. Liberdade de informação	663
4.5.1. O direito de informar e a liberdade de informação Jornalística. O direito de crítica jornalística.....	665
4.6. Liberdade de consciência e crença. A escusa de consciência	669
4.7. Liberdade de reunião.....	673
4.8. Liberdade de associação.....	674
4.9. Liberdade de opção profissional.....	676
4.9.1. Liberdade de Profissão como Direito Fundamental.....	676

4.9.2. Limitações à Liberdade de Profissão	677
5. Direito à privacidade	682
5.1. Direito à intimidade	684
5.2. Direito à vida privada	686
5.3. Direito à honra	686
5.4. Direito à imagem	687
5.5. Direito à inviolabilidade da casa	688
5.6. Direito ao sigilo de correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas	689
6. Direito de propriedade	696
6.1. Propriedade intelectual	697
6.2. Direito de herança	698
7. Direito de petição	698
8. Direito de certidão	699
9. Direito de acesso à justiça	699
10. Direito à segurança jurídica	700
10.1. Garantia do direito adquirido	702
10.2. Garantia do ato jurídico perfeito	702
10.3. Garantia da coisa julgada	703
11. Direito à garantia do devido processo legal	704
12. Direito às garantias do contraditório e da ampla defesa	705
13. Direito à segurança em matéria penal e processual penal	706
14. Direito à Proteção dos Dados Pessoais, Inclusive nos Meios Digitais	729
15. Quadro Sinótico	731

Capítulo XIII

DOS DIREITOS SOCIAIS	739
1. Considerações iniciais	739
2. Direitos sociais do trabalhador	742
3. Direitos sociais da seguridade social	748
3.1. Direito à saúde	749
3.2. Direito à previdência social	752
3.3. Direito à assistência social	753
4. Direitos sociais à educação e à cultura	753
4.1. Direito à educação	753
4.2. Direito à cultura	757
5. Direito social ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	757
6. Direitos sociais da criança, do adolescente, do jovem e do idoso	759
7. A efetividade dos direitos sociais e a reserva do possível	761
8. Quadro Sinótico	769

Capítulo XIV

DO DIREITO DE NACIONALIDADE	775
1. Considerações iniciais	775
2. Conceito de nacionalidade	775
3. Espécies de nacionalidade	776
4. Modos de aquisição da nacionalidade	777
5. O polipátrida e o apátrida (<i>heimatlos</i>)	777
6. Os brasileiros na constituição federal de 1988.....	779
6.1. Os brasileiros natos	779
6.2. Os brasileiros naturalizados	784
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	786
8. Perda da nacionalidade brasileira.....	791
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira	793
10. A situação dos portugueses com residência permanente no Brasil	794
11. Quadro Sinótico.....	795

Capítulo XV

DOS DIREITOS POLÍTICOS	799
1. Considerações iniciais	799
2. Modalidades de direitos políticos.....	800
3. Direitos políticos positivos	800
3.1. Direitos políticos ativos	800
3.2. Direitos políticos passivos.....	801
4. Direitos políticos negativos.....	804
4.1. Inelegibilidades	805
4.1.1. Inelegibilidades absolutas	805
4.1.2. Inelegibilidades relativas	805
4.1.3. Outros casos de Inelegibilidades	810
4.2. Perda e suspensão de direitos políticos.....	816
5. Dos partidos políticos	819
5.1. Conceito.....	819
5.2. Liberdade partidária.....	820
5.3. Autonomia partidária	820
5.4. Direitos dos partidos políticos.....	821
6. Quadro Sinótico.....	828

Capítulo XVI

DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS	831
1. Considerações gerais.....	831
2. <i>Habeas corpus</i>	831
2.1. Escorço histórico da origem do instituto.....	831
2.2. Natureza Jurídica.....	833

2.3.	Espécies	833
2.4.	Legitimidade <i>ad causam</i>	833
2.4.1.	Legitimidade ativa	833
2.4.2.	Legitimidade passiva	834
2.5.	Hipóteses de cabimento	834
2.6.	Competência	836
2.7.	Procedimento	837
3.	Mandado de segurança	838
3.1.	Conceito, delineamento constitucional e generalidades do instituto	838
3.2.	Natureza Jurídica	839
3.3.	Espécies	840
3.4.	Legitimidade <i>ad causam</i>	840
3.4.1.	Legitimidade ativa	840
3.4.2.	Legitimidade passiva	841
3.5.	Cabimento	842
3.6.	Objeto da impetração	843
3.7.	Competência	845
3.8.	Procedimento	847
3.9.	Da Medida Liminar	848
3.10.	Da Sentença	849
3.11.	Do Pedido de Suspensão da execução da Liminar e da Sentença	849
3.12.	Do Mandado de Segurança Coletivo	850
3.13.	Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	851
4.	Mandado de injunção	852
4.1.	Origem e considerações gerais a respeito do instituto	852
4.2.	Objeto	859
4.3.	Legitimidade ativa	860
4.4.	Legitimidade passiva	861
4.5.	Competência	862
4.6.	Decisão e seus efeitos	863
4.7.	Aspectos processuais do Mandado de Injunção e a Lei nº 13.300/2016	875
5.	<i>Habeas data</i>	877
6.	Ação popular	879
6.1.	Considerações gerais	879
6.2.	Requisitos específicos da ação	880
6.3.	Finalidade da ação	880
6.4.	Objeto da ação popular	881
6.5.	Legitimidade <i>ad causam</i>	882
6.5.1.	Legitimidade ativa	882
6.5.2.	Legitimidade passiva	882
6.6.	Competência	883
6.7.	Liminar, sentença e coisa julgada	883

7. Ação civil pública	884
8. Quadro Sinótico	891

Capítulo XVII

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	895
1. O princípio federativo e o Estado Federal	895
1.1. Estado Federal e Estado Unitário	896
1.2. Estado Federal e Estado Regional	896
1.3. Estado Federal e Confederação de Estados	896
1.4. Características comuns do Estado Federal	896
1.5. Estado Federal e tipos de Federalismo	899
2. O federalismo brasileiro	899
2.1. Origem e evolução histórica do federalismo brasileiro	899
2.2. A Organização Política do Estado brasileiro	900
3. A repartição de competência	900
3.1. O princípio da predominância do interesse	901
3.2. Técnicas de repartição de competência	901
4. A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988	901
4.1. A repartição horizontal de competência. Técnicas	902
4.2. A repartição vertical de competência	903
5. Competências e sua classificação	903
5.1. Competência legislativa	903
5.2. Competência não legislativa ou material	903
5.3. Outras competências	903
6. A união	904
6.1. A posição da União na Federação	904
6.2. Brasília: sede do governo da União	904
6.3. Bens da União	905
6.4. Competência material da União	908
6.4.1. Competência material exclusiva da União	908
6.4.2. Competência material comum da União	914
6.5. Competência legislativa da União	915
6.5.1. Competência legislativa privativa da União. A delegação de competência aos Estados	915
6.5.2. Competência legislativa concorrente da União	924
7. Os estados federados	928
7.1. A posição dos Estados-membros na Federação. O poder constituinte decorrente das Assembleias Legislativas	928
7.2. Competência material (exclusiva e comum)	929
7.3. Competência legislativa (exclusiva e concorrente). A competência suplementar	930
7.4. Bens dos Estados	931
7.5. Dos Deputados Estaduais e Governadores	931
8. O distrito federal	933

8.1.	A posição do Distrito Federal na Federação e suas competências	933
9.	Os municípios.....	934
9.1.	O Município nas Constituições anteriores.....	935
9.1.1.	O Município na Constituição do Império.....	935
9.1.2.	O Município na Constituição de 1891.....	935
9.1.3.	O Município na Constituição de 1934.....	936
9.1.4.	O Município na Constituição de 1937.....	936
9.1.5.	O Município na Constituição de 1946.....	937
9.1.6.	O Município na Constituição de 1967.....	937
9.2.	As competências do Município na Constituição Federal de 1988.....	938
9.2.1.	A competência legislativa.....	941
9.2.2.	A competência material.....	943
10.	Os territórios federais.....	946
10.1.	Natureza	946
10.2.	Organização	946
11.	Intervenção	946
11.1.	Conceito.....	947
11.2.	Intervenção Federal.....	947
11.3.	Intervenção Estadual.....	950
11.4.	Formalidades comuns	951
12.	A administração Pública.....	951
12.1.	Conceito.....	951
12.2.	Organização	953
12.2.1.	Administração direta	954
12.2.2.	Administração indireta.....	956
12.3.	Regime jurídico-administrativo e os princípios constitucionais da Administração Pública.....	957
12.3.1.	Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado	959
12.3.2.	Princípio da indisponibilidade do interesse público	961
12.3.3.	Princípio da Legalidade	961
12.3.4.	Princípio da Impessoalidade	961
12.3.4.1.	Princípio da Intranscendência Subjetiva da Sanção.....	962
12.3.5.	Princípio da Moralidade	964
12.3.6.	Princípio da Publicidade	966
12.3.7.	Princípio da Eficiência.....	969
12.3.8.	Princípio da Finalidade Pública.....	969
12.3.9.	Princípio da Presunção de Legitimidade.....	970
12.4.	Dos Servidores Públicos.....	984
12.4.1.	Agentes Públicos.....	984
12.4.2.	Espécies de Agentes Públicos.....	985
12.4.2.1.	Agentes políticos.....	986
12.4.2.2.	Agentes ou servidores administrativos do Estado.....	986

12.4.2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado.....	995
12.4.3. Direitos dos trabalhadores extensivos aos servidores públicos. O direito à livre associação sindical e o direito de greve.....	996
12.4.4. Remuneração e subsídio do servidor	999
12.4.5. Estabilidade do servidor	1011
12.4.6. Previdência do servidor.....	1014
12.5. Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios	1032
12.6. Das Regiões	1034
13. Quadro Sinótico.....	1035

Capítulo XVIII

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES 1047

1. As funções do Estado e a separação de poderes	1047
2. Do poder legislativo.....	1050
2.1. Órgãos do Poder Legislativo	1050
2.1.1. Órgãos do Poder Legislativo da União: O Congresso Nacional. O Bica-	
lismo. As Casas Legislativas e a composição do C.N.	1050
2.1.1.1. Sistema Proporcional versus Voto Distrital.....	1053
2.1.2. Órgãos do Poder Legislativo dos Estados: as Assembleias Legislativas dos	
Estados e a Câmara Legislativa do DF. Composição.....	1054
2.1.3. Órgãos do Poder Legislativo dos Municípios: as Câmaras de Vereadores	
dos Municípios. Composição	1055
2.2. Organização interna do Poder Legislativo.....	1059
2.2.1. A Mesa Diretora.....	1060
2.2.2. As Comissões Parlamentares.....	1060
2.2.2.1. Comissões Permanentes	1061
2.2.2.2. Comissões Temporárias	1061
2.2.2.3. Comissões Mistas	1062
2.2.2.4. Comissões de Inquérito.....	1062
2.2.2.5. Representativa.....	1070
2.2.3. A Polícia Legislativa e Órgãos Administrativos.....	1071
2.3. O funcionamento dos Órgãos do Poder Legislativo.....	1071
2.3.1. A Legislatura.....	1071
2.3.2. As Sessões legislativas.....	1071
2.3.2.1. Ordinária.....	1071
2.3.2.2. Extraordinária	1072
2.3.3. As Sessões.....	1072
2.3.3.1. Ordinárias.....	1072
2.3.3.2. Extraordinárias	1073
2.3.4. As Sessões preparatórias	1073
2.4. As atribuições do Congresso Nacional	1074
2.4.1. Competências Legislativas do Congresso Nacional	1074
2.4.2. Competências Políticas do Congresso Nacional.....	1077

2.5. As atribuições da Câmara dos Deputados (art. 51).....	1082
2.6. As atribuições do Senado Federal (art. 52).....	1084
2.7. <i>Quórum</i> para deliberações (art. 47).....	1087
2.8. O Processo Legislativo.....	1087
2.8.1. Conceito e objeto. As espécies de atos legislativos	1087
2.8.2. Atos do processo legislativo.....	1095
2.8.2.1. Iniciativa legislativa.....	1095
2.8.2.2. Emendas parlamentares	1098
2.8.2.3. Votação	1100
2.8.2.4. Sanção e veto.....	1101
2.8.2.5. Promulgação e publicação.....	1103
2.9. Procedimentos legislativos	1103
2.9.1. Procedimento legislativo ordinário	1103
2.9.2. Procedimento legislativo sumário	1104
2.9.3. Procedimentos legislativos especiais.....	1105
2.10. Dos Deputados e dos Senadores.....	1105
2.10.1. Prerrogativas.....	1105
2.10.1.1. As imunidades	1105
2.10.1.2. O privilégio de foro por prerrogativa da função.....	1113
2.10.1.3. Isenção do serviço militar.....	1116
2.10.1.4. Manutenção das prerrogativas durante os Estados de Exceção	1116
2.10.2. Incompatibilidades	1117
2.10.3. Perda do mandato	1117
2.10.3.1. Cassação	1118
2.10.3.2. Extinção	1118
2.11. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas.....	1123
2.11.1. Dos Tribunais de Contas.....	1128
2.11.1.1. Do Tribunal de Contas da União.....	1128
2.11.1.2. Do Tribunal de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	1129
3. Do poder executivo	1130
3.1. Sistemas de governo	1131
3.1.1. Parlamentarismo	1131
3.1.2. Presidencialismo.....	1133
3.2. O Poder Executivo no Brasil e o Presidente da República	1134
3.3. Eleição do Presidente da República	1135
3.4. Substituição e sucessão do Presidente da República.....	1136
3.5. Atribuições do Presidente da República.....	1139
3.6. Responsabilidade do Presidente da República.....	1142
3.7. Prerrogativas do Presidente da República	1146
3.8. Auxiliares do Presidente da República.....	1148
3.9. Órgãos de Consulta do Presidente da República	1149

3.9.1.	Conselho da República.....	1149
3.9.2.	Conselho de Defesa Nacional.....	1150
4.	Do poder judiciário.....	1151
4.1.	A função jurisdicional do Estado.....	1151
4.2.	Órgãos do Poder Judiciário.....	1152
4.3.	O Estatuto da Magistratura.....	1153
4.4.	As Garantias do Poder Judiciário.....	1161
4.4.1.	Garantias funcionais do Poder Judiciário.....	1162
4.4.2.	Garantias institucionais do Poder Judiciário.....	1164
4.5.	Quinto Constitucional.....	1167
4.6.	Regime Constitucional dos Precatórios.....	1168
4.7.	Do Supremo Tribunal Federal.....	1189
4.8.	Do Conselho Nacional de Justiça.....	1213
4.9.	Do Superior Tribunal de Justiça.....	1219
4.10.	Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais.....	1227
4.11.	Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho.....	1242
4.12.	Dos Tribunais e Juízes Eleitorais.....	1256
4.13.	Dos Tribunais e Juízes Militares.....	1259
4.14.	Dos Tribunais e Juízes dos Estados.....	1264
4.15.	Dos Juizados Especiais.....	1266
5.	Das funções essenciais à justiça.....	1268
5.1.	Do Ministério Público.....	1268
5.1.1.	Histórico.....	1268
5.1.2.	O Ministério Público no Brasil pré-Constituição de 1988.....	1269
5.1.3.	O Ministério Público na Constituição Federal de 1988.....	1269
5.1.4.	Princípios institucionais.....	1274
5.1.4.1.	Unidade.....	1274
5.1.4.2.	Indivisibilidade.....	1274
5.1.4.3.	Independência funcional.....	1275
5.1.5.	Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público.....	1275
5.1.6.	Funções institucionais.....	1276
5.1.7.	Conselho Nacional do Ministério Público.....	1278
5.1.8.	O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.....	1280
5.2.	Da Advocacia Pública.....	1281
5.3.	Da Advocacia.....	1283
5.4.	Da Defensoria Pública.....	1285
6.	Quadro Sinótico.....	1292

Capítulo XIX

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 1309

1.	Considerações gerais.....	1309
----	---------------------------	------

2.	Do sistema Constitucional das crises e dos estados de exceção.....	1309
2.1.	Do Estado de Defesa.....	1310
2.2.	Do Estado de Sítio	1311
2.3.	Das disposições comuns aos Estados de Defesa e de Sítio	1313
3.	Das forças armadas.....	1314
4.	Da segurança pública	1318
5.	Quadro Sinótico.....	1321

Capítulo XX

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO..... 1325

1.	Do sistema tributário nacional	1325
1.1.	Dos Tributos: Noção de Tributo. Obrigação Tributária, Hipótese de Incidência Tributária e Fato Imponível do Tributo. Base de Cálculo e Alíquota.....	1325
1.2.	A competência tributária	1333
1.2.1.	Técnicas de repartição da competência tributária.....	1333
1.2.2.	Limites ao exercício da competência tributária	1334
1.3.	Classificação dos Tributos	1334
1.4.	O imposto.....	1337
1.4.1.	Impostos reais e pessoais.....	1338
1.4.2.	Impostos diretos e indiretos.....	1338
1.4.3.	Impostos em espécies.....	1339
1.4.3.1.	Impostos da União	1339
1.4.3.2.	Impostos dos Estados e do Distrito Federal.....	1341
1.4.3.3.	Impostos dos Municípios.....	1344
1.5.	A taxa.....	1346
1.5.1.	A irrelevância da destinação do produto arrecadado.....	1347
1.5.2.	A taxa e o preço (tarifa)	1348
1.6.	A Contribuição de Melhoria	1349
1.7.	Os Empréstimos Compulsórios.....	1350
1.8.	As Contribuições sociais.....	1352
1.8.1.	As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico.....	1354
1.8.2.	As contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento da atuação da União nas respectivas áreas.....	1354
1.8.3.	As contribuições sociais da seguridade social	1355
1.9.	Das Limitações ao Poder de Tributar	1357
1.9.1.	O Princípio da Legalidade Tributária.....	1357
1.9.2.	Princípio da Igualdade Tributária.....	1359
1.9.3.	Princípio da Capacidade Contributiva.....	1359
1.9.4.	Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária.....	1360
1.9.5.	Princípio da Anterioridade.....	1361
1.9.6.	O Princípio da Não Cumulatividade.....	1363
1.9.7.	Princípio da Seletividade.....	1364
1.9.8.	Princípio da vedação do confisco	1365

1.9.9.	Princípio da Imunidade recíproca.....	1366
1.9.10.	As imunidades dos templos de qualquer culto.....	1368
1.9.11.	As imunidades dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.....	1368
1.9.12.	As imunidades dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.....	1369
1.9.13.	As imunidades dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.....	1370
1.9.14.	Outras limitações.....	1371
1.10.	Da repartição das receitas tributárias.....	1371
2.	Das finanças públicas.....	1376
2.1.	Considerações gerais.....	1376
2.2.	Dos Orçamentos.....	1379
2.3.	A Emenda Constitucional 109/2021, o Ajuste Fiscal de Vedações e o Estado de Calamidade Pública de Âmbito Nacional.....	1387
2.4.	A Emenda Constitucional nº 95/2016 e o Novo Regime Fiscal da União.....	1390
2.4.1.	Alcance do Novo Regime Fiscal.....	1390
2.4.2.	Limites de despesas estabelecidos pelo Novo Regime Fiscal.....	1390
2.4.3.	Exceções ao teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal.....	1392
2.4.4.	Sanções por descumprimento do teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal.....	1394
2.4.5.	Saúde e educação e o teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal.....	1395
2.4.6.	Considerações finais.....	1395
2.5.	A Emenda Constitucional nº 106/2020 e o Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações durante da pandemia do COVID-19 – Orçamento de Guerra.....	1396
3.	Quadro Sinótico.....	1398

Capítulo XXI

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA..... 1407

1.	Conceito de ordem.....	1407
2.	Ordem econômica.....	1407
2.1.	Ordem Econômica e Constituição Econômica.....	1408
2.2.	A Ordem Econômica nas Constituições brasileiras.....	1410
2.3.	Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	1411
2.4.	Da Política Urbana.....	1420
2.4.1.	Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.....	1422
2.5.	Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.....	1423
2.5.1.	Desapropriação para fins de reforma agrária.....	1424
3.	Do sistema financeiro nacional.....	1428
4.	Quadro Sinótico.....	1428

Capítulo XXII

DA ORDEM SOCIAL.....	1431
1. Considerações gerais.....	1431
2. Objetivos.....	1431
3. Da seguridade social.....	1432
3.1. Saúde	1435
3.2. Previdência social.....	1438
3.3. Assistência social.....	1447
4. Da educação, da cultura e do desporto.....	1450
4.1. Da educação.....	1450
4.2. Da cultura.....	1459
4.3. Do desporto	1460
5. Da ciência, tecnologia e inovação.....	1461
6. Da comunicação social	1463
7. Do meio ambiente	1464
8. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.....	1478
8.1. Da família	1478
8.2. Da criança, do adolescente e do jovem.....	1481
8.3. Do idoso.....	1483
9. Dos índios.....	1484
10. Quadro Sinótico.....	1486
BIBLIOGRAFIA.....	1493